

Operadora

Bom dia, e obrigada por aguardarem. Sejam bem-vindos à teleconferência do Banco do Estado do Rio Grande do Sul, para discussão dos resultados referentes ao 2T15. Estão presentes hoje conosco os senhores: Ricardo Hingel, Diretor Financeiro e de Relações com Investidores; Werner Kohler, Superintendente Executivo da Unidade de Contabilidade; e Alexandre Pedro Ponzi, Superintendente Executivo da área de Relações com Investidores.

Informamos que este evento está sendo gravado e que todos os participantes estarão apenas ouvindo a teleconferência durante a apresentação da Companhia, e, em seguida, iniciaremos a sessão de perguntas e respostas exclusivamente para analistas e investidores, quando maiores instruções serão fornecidas. Caso algum dos senhores necessite de assistência durante a conferência, queira, por favor, solicitar a ajuda de um operador, digitando *0.

O replay deste evento estará disponível logo após seu encerramento, por um período de sete dias.

Antes de prosseguir, gostaríamos de esclarecer que eventuais declarações que possam ser feitas durante esta teleconferência, relativas às perspectivas de negócios do Banrisul, projeções e metas operacionais e financeiras, constituem-se em crenças e premissas da Diretoria da Companhia, bem como em informações atualmente disponíveis. Considerações futuras não são garantias de desempenho. Elas envolvem riscos, incertezas e premissas, pois se referem a eventos futuros e, portanto, dependem de circunstâncias que podem ou não ocorrer. Investidores devem compreender que condições econômicas gerais, condições da indústria e outros fatores operacionais, podem afetar o desempenho futuro do Banrisul e podem conduzir a resultados que diferem materialmente daqueles expressos em tais considerações futuras.

Agora gostaríamos de passar a palavra ao Ricardo Hingel, Diretor Financeiro e de Relações com Investidores do Banrisul, que dará início à apresentação. Por favor, Sr. Ricardo, pode prosseguir.

Ricardo Hingel:

Bom dia a todos. Nós começaremos a apresentação, e eu vou pedir que o Alexandre inicie com o resumo das demonstrações, em seguida faremos uma série de colocação e estaremos à disposição para eventuais perguntas dos participantes desta conferência.

Alexandre Pedro Ponzi:

A apresentação deverá ser mais dinâmica, mais rápida hoje, para que possamos efetivamente interagir com os senhores e com as senhoras.

O primeiro ponto, já vínhamos falando, comunicando ao mercado que o Banco teria uma recuperação, uma robustez da margem financeira, e conforme está comprovado, tivemos um crescimento, semestre contra semestre, de 16%, e a margem financeira em termos de NII chegou a R\$2,1 bilhões, e um crescimento no trimestre de 3,4%. Isso é por conta dos esforços de reprecificação e da melhoria da estrutura de ativos e das operações de crédito e financeiras do Banco no total.

A despesa de provisão, e esse é um ponto que já vinha sendo impactado e comentado com o mercado por eventos extraordinários, sobretudo ao longo do 1T, que tiveram um efeito de carregamento no trimestre subsequente, e que são: a provisão não somente ajustada pela carteira e seu nível de risco, a rolagem da carteira propriamente dita, e também por efeito de recuperação judicial. Ela foi muito mais impactante no 1T que no 2T; já havíamos indicado que haveria um retorno natural aos valores históricos do Banco, conforme o *guidance* do Banrisul para o custo de crédito, que está mantido entre 2,5% e 3%, ainda que no trimestre, quando fizemos a anualização, tenha rompido ligeiramente o teto.

Entendemos que estamos próximos do teto, mas ainda dentro do *guidance*. Hoje, o custo de provisão de crédito, o fluxo anual corresponderia a um percentual de 3,7%, mas dentro do orçamento do Banco e das expectativas que temos para o 2S, há, sim, a tendência de que esse fluxo de provisão volte para valores próximos aos observados no 4T14, ou eventualmente até um pouco inferior.

Portanto, está mantido e ratificado o *guidance* de 3,5% como custo de crédito, ainda que tenha crescido no desempenho anual um pouco mais de 110%. Mas já vimos uma redução de 25% na despesa de provisão no trimestre.

Com isso, temos agora o resultado líquido após as despesas de provisão, onde tivemos um crescimento no trimestre de 20%, atingindo R\$782 milhões, e uma ligeira perda de receita, aí pelo efeito de reprecificação de carteira, em relação ao resultado acumulado no 1S14; a variação interanual foi de -3%.

Mas já vimos recuperando; a margem do Banco está, conforme colocado, hoje, no patamar de 7,9% no trimestre e 7,8% no acumulado de seis meses, dentro do *guidance*, e tocando a faixa superior do *guidance* de margem do Banco.

A captação do Banco, que continua sendo o principal ponto de robustez e de proventos de liquidez para o Banrisul, continua crescendo a custos compatíveis com períodos anteriores, até um pouco inferior. Se pegarmos toda a captação, ela era 82% do CDI há um ano, e hoje é 80%. E o custo do depósito a prazo propriamente dito tem se mantido praticamente estável, ao redor de 84%, 85%.

E a carteira de depósitos a prazo, a captação do Banco de forma geral cresce de forma bem superior ao crescimento dos ativos de crédito, com a preponderância dos depósitos a prazo, com a poupança perdendo a participação relativa ao longo dos últimos meses, conforme observamos na indústria como um todo.

A relação crédito/depósitos do Banco continua extremamente favorável, onde há uma diminuição dos ativos de crédito, a velocidade relativa deve diminuir, o *guidance* do Banco está sendo reajustado para que persigamos o piso, agora modificado, de 7%, e não mais 9%. Mas, ainda assim, temos uma relação crédito/depósitos, sejam os depósitos propriamente ditos ou a captação total, inferior a 86%.

Um ponto forte do Banco nos últimos períodos, e que vimos reforçando cada vez mais as estruturas de originação, são as receitas de serviços e tarifas, que atingiram R\$676 milhões no 1T e R\$351 milhões somente no 2T. Com isso, tivemos um crescimento de 22% interanual e de 8% no trimestre.

Os principais elementos de contribuição para crescimento de tarifa são: a estrutura de cartões e adquirência, a estrutura de seguros, que esperamos em breve poder estar com a operacionalidade da JV com a Icatu para originação de seguros de vida e previdência completamente funcional; e, além disso, da resiliência da estrutura de negócios do Banco. Depois nós discutimos e transcorreremos.

Como eu havia mencionado, a rede de adquirência é, sim, um dos principais elementos de crescimento e de contribuição para os *fees*. Ela cresce por conta da rede de adquirência propriamente dita, que cresceu no número de afiliações, credenciamento de lojistas, em 16% ano contra ano e 3% no trimestre. Portanto, hoje, a Banrisul Cartões tem uma estrutura de credenciados de mais de 171.000 estabelecimentos.

Com isso, o volume financeiro, que chegou a R\$4,8 bilhões no 2T15, cresce em bases extremamente robustas, quase 42% ano contra ano, 10% trimestre contra trimestre, fruto da rede de adquirência e do volume de transações, que também cresceu em pouco mais de 30%.

Por que estamos mencionando as transações? Porque, como os senhores sabem, as despesas administrativas do Banco crescem um pouco superiores ao mercado, porque têm despesa propriamente dita e têm investimentos em estruturas que geram receita. Mais adiante, iremos projetar, mas o volume de transação gera também um custo adicional, que queremos continuar incentivando por conta do resultado financeiro que isso traz, tanto para o Banco, via tarifa, quanto via equivalência patrimonial no resultado da operação da Banrisul Cartões propriamente dita.

Aí nós temos as despesas administrativas recorrentes do Banco, onde o saldo acumulado das rubricas de despesas de pessoal e outras despesas administrativas cresce 10,6% ano contra ano, crescendo pouco mais de 0,5% no trimestre.

Despesa de pessoal, que é uma parcela superior da composição de custo administrativo do Banco, cresce efetivamente em linha com o dissídio do ano passado, 8,5%, 8,6%, um pequeno crescimento trimestre contra trimestre, onde ajustamos a estrutura funcional do Banco, que teve pequena redução ao longo dos últimos 12 meses, mas onde aumentamos o custo recorrente pelo patrocínio ao plano de previdência complementar do Banrisul em bases recorrentes por conta do efeito da migração no ano passado de planos de benefício definido para planos de contribuição variável, com o equacionamento dos funcionários que não migraram para o plano de contribuição variável.

Portanto, hoje estamos com um crescimento absolutamente alinhado na despesa de pessoal com o dissídio coletivo.

As despesas administrativas crescem, em uma base consolidada, 13% ano contra ano. Elas crescem em uma base forte, acima de dois dígitos, mas essa base forte, de novo, na próxima lâmina teremos a oportunidade de demonstrar que, separadas entre os investimentos que fazemos, os custos para originar receita vindos da estrutura de consignação na Rede Bem, fora a rede de agências, vindos da estrutura de adquirência, crescem, na manutenção da despesa orgânica do Banco, 1% semestre contra semestre, e caem na mesma proporção trimestre contra trimestre.

Portanto, é uma decisão absolutamente controlada, para efeito de despesas administrativas orgânicas do Banco.

Na parcela da estrutura para fomentar negócios para gerar receitas, aí sim há um incentivo do Banco, que veremos na sequência, porque essas rubricas cresceram, no conceito de despesa propriamente dita, 41% ano contra ano, mas já estabilizando. Um crescimento nulo, próximo de zero, no trimestre.

E elas são frutos do quê? De originação de transações na Banrisul Cartões, onde as despesas variáveis tiveram crescimento de R\$87 milhões para R\$127 milhões semestre contra semestre; mas, em compensação, a produção de resultados também cresce, quase que na mesma proporção.

E na linha de baixo, temos outro grande *driver* de crescimento, que é a estrutura de originação de operações de crédito consignado via o canal Bem, que cresce de R\$2,4 bilhões no saldo gerado ao final do período para R\$2,9 bilhões ao final deste semestre. E tem a despesa de comissionamento de toda a estrutura de correspondentes bancários que existem atrelados a esse negócio.

Nas despesas variáveis de cartões existem duas grandes rubricas: o processamento e o *interchange* que o Banco paga aos demais.

De novo, essa separação gerencial é para dizer que, independentemente do crescimento da rubrica de despesa, há um fomento em negócios que vem gerando receitas de forma robusta e crescente.

As demais despesas e receitas operacionais têm um *match* próximo de zero, e eventualmente negativo. São muito mais impactadas pela variação do câmbio sobre a equivalência patrimonial das dependências no exterior, em Miami e Cayman, mas o resultado no acumulado deste semestre foi de R\$-0,8 milhões.

Com isso, o resultado, o lucro líquido do Banco, seja o contábil ou o ajustado, atinge no semestre R\$339 milhões, sendo que somente o 2T atingiu R\$193 milhões, por conta da recorrência e robustez dos negócios do Banco, e sobretudo porque os eventos que foram danosos ao resultado, da recuperação judicial ou o aumento de provisão derivada dessa linha, desse tipo de iniciativa, desse tipo de problema, tende a diminuir ao longo dos próximos trimestres.

Resultado, portanto, R\$340 milhões, todo ele recorrente, dentro da estrutura de negócio do Banco.

Quando comparamos o resultado recorrente do Banrisul no ano passado por conta dos efeitos da reestruturação do plano da Fundação Banrisul, do plano de aposentadoria incentivada e outros efeitos que acabaram afetando de forma extraordinária, vemos uma pequena redução de 5%. Essa redução, de novo, só ocorreu porque no fluxo de despesas de provisão houve elementos extraordinários que impediram que o resultado do Banco no semestre fosse melhor do que poderia ter sido até agora.

Com os ativos totais crescendo 12%, R\$64 bilhões – e agora passarei mais rápido, porque são elementos de itens patrimoniais –, a carteira de títulos e valores mobiliários do Banco de R\$17 bilhões ao final do semestre; e aqui, é bom enfatizar que esses R\$17 bilhões estão em valores superiores à política de tesouraria, à gestão de tesouraria do Banco, que prevê um PL ou 25% da estrutura de depósitos totais, o que for maior. Estamos com quase 3x o PL e 50% da carteira de crédito total. Portanto, a

liquidez do Banco neste período, e por conta do menor crescimento de carteira de crédito também, tem sido preservada.

Carteira de crédito, na sequência, com quase R\$31,1 bilhões, crescendo 10,8% em 12 meses, e apenas 0,2% no trimestre. Esperamos que o crescimento no 2T seja um pouco melhor do que vimos até agora, mas ainda dentro de um *guidance* que está sendo reajustado para um crescimento menor ao longo do ano como um todo.

A carteira tem dois itens de composição: a carteira comercial direcionada e a livre, onde a direcionada teve crescimento de 16,8%, corresponde a cerca de 30% da carteira de crédito total; e a carteira livre crescendo 8,3% ano contra ano, -0,4% no trimestre, 70% da carteira total.

Dessa carteira, as despesas da provisão total em relação à carteira cresceram em relação ao 1T15 e 2T14, mas dentro do *guidance* do Banco, de 5,5% a 6,5%. A despesa de provisão total está efetivamente dentro do esperado do Banco.

A carteira de crédito, como eu já havia falado um pouco, 70% dela é carteira *leasing*, composta da pessoa jurídica e do capital de giro, que corresponde a 73% dessa carteira, e na pessoa física o consignado é efetivamente o carro-chefe, com 75%.

Desses 75%, temos a carteira de crédito originada via agência, R\$4,8 bilhões, via Bem, que tem aquela estrutura de despesa para pagamento de comissão e remuneração dos canais de consignação, R\$3,4 bilhões, 75% da carteira, e uma pequena carteira adquirida. As demais carteiras especializadas, imobiliário em quase 12%, 11,6%; a carteira de crédito agrícola com 8,1%, e a carteira de crédito de longo prazo, repasses do BNDES, sobretudo, com cerca de 8%.

Na lâmina seguinte, temos simplesmente a abertura da estrutura de liquidez e captação de recursos que temos dentro do Banco, para provar mais que a resiliência, mas a robustez, onde temos todos os itens de captação e funding do Banrisul, mais a estrutura de recursos de terceiros.

Depois podemos incorrer, mas, de novo, para ver que, sobretudo na parte de depósitos a prazo, o funding que captamos de forma pulverizada via agências, temos um crescimento ao longo do ano real de mais de 10%. O Banco continua sendo um porto seguro, um grande elemento de atração dos recursos dos seus clientes.

Com o resultado gerado da distribuição de juros e dividendos que fizemos ao longo do 1S, o patrimônio líquido do Banrisul atinge R\$5,8 bilhões, crescendo 11% em 12 meses e quase 2% no semestre.

Mas, mais importante que os números todos, é o resumo da lâmina dos indicadores, onde vemos a manutenção dos índices de cobertura do Banco, e até uma pequena subida no índice de cobertura de curto prazo e 60 dias, superiores a 145% e 168%. Um retorno nos itens trimestrais anualizados, sendo melhorados ao longo do período; já atingimos 14% no retorno dos resultados do trimestre anualizado, e hoje estamos com pouco mais de 12% no acumulado de seis meses, mas estamos mantendo o *guidance* de mínimo de 14% de retorno para o ano como um todo, por conta de uma expectativa de melhora de resultados recorrentes daqui para frente.

Inadimplência de 60 e 90 dias crescendo muito pouco na de 60 e um pouco mais na de 90, mas, ainda assim, extremamente alinhado com o mercado de varejo, 4,3% de

60 dias e 3,7% de 90 dias; e o retorno sobre os ativos melhorando 20%, passando de 1% para 1,2% no trimestre.

Cobertura da folha de pagamento por conta de uma melhora na estrutura de receita de *fees*; passamos para 90%, com o crescimento da folha em linha com o dissídio, onde tínhamos 77% de cobertura no ano anterior. Portanto, o Banco vem buscando uma melhora de eficiência, que se traduz no gráfico abaixo.

A eficiência tem uma melhora de 56% para 53%. Continuamos dentro do nosso *guidance*, mas entendemos que, se houver algum risco, é um risco de *upside*; ou seja, um risco de melhoria desse índice propriamente dito.

A estrutura de capital total do Banco, 17,7%, sendo o capital de nível 1 14%, extremamente robusto. E depois, abaixo, a questão da estrutura administrativa do Banco, seja em termos de pessoal, onde houve uma pequena redução, de 11.700 funcionários para 11.500, pouco menos de 200 empregados que saíram do Banco entre o 1S14 e hoje; a estrutura de atendimento entre pontos de serviço total, agências e postos de serviço, onde temos incremento de 8% em 12 meses, adicionamos oito novas unidades à nossa rede; e, por fim, o *guidance*, que foi revisitado agora, mas por conta do crescimento de crédito, esperamos que seja menor.

Fora isso, nenhum outro índice do *guidance* do Banco foi alterado no presente semestre.

Com isso, encerro a apresentação. Vou passar para algumas considerações do Diretor Ricardo Hingel, e depois passaremos para as perguntas e respostas.

Ricardo Hingel:

Eu gostaria de fazer algumas considerações com relação ao cenário em que este semestre e o trimestre ocorreram. O cenário teve um impacto bastante significativo no desempenho do Banco, e dos bancos em geral.

Só para resumir, é óbvio que todos conhecem, mas tivemos um cenário adverso ao longo de 2015; cenário adverso esse que se iniciou no ano passado, quando a economia brasileira ficou com um crescimento zero, ou seja, ela parou. E a continuidade desse processo gera recessão neste ano, próxima de 2%, e provavelmente um período de recessão ao longo do ano que vem.

Hoje, trabalhamos próximos de -2% neste ano, e para o ano que vem com alguma coisa como -0,5% de crescimento.

É evidente que isso impacta no ambiente de negócio, tanto em pessoa jurídica quanto em pessoa física; e mexe, inclusive, não só nos efeitos, mas também nas estratégias que o Banco se utiliza, e quero exatamente considerar um pouco essas questões.

O primeiro ponto, como o Alexandre colocou, é a questão da liquidez do Banco. As captações do Banco continuam com crescimento bastante robusto, até para usar a expressão utilizada por ele. Continuamos crescendo em termos reais; ou seja, fazemos o acompanhamento de uma série temporal indexando ao CDI, e, mesmo assim, conseguimos manter essa estabilidade de captações. A liquidez do Banco cresce.

Hoje, o caixa livre do Banco é alguma coisa como R\$13 bilhões, situação bastante confortável.

Por outro lado, temos a questão da carteira de crédito. A carteira de crédito no Banco não cresce, da mesma forma que não cresce em termos reais no mercado. O Banco fica dentro de uma média normal de mercado, e os *guidances* do Banco são muito próximos dos apresentados pelos demais Bancos, pelo comportamento da evolução do crédito nos demais bancos.

O que nós consideramos, na realidade, é que a política monetária brasileira está fazendo efeito, porque existe uma política monetária com taxas de juros elevadas e compulsório elevado. São dois instrumentos utilizados pelo Banco Central para inibir a tomada de crédito e, com isso, fazer a contenção inflacionária.

Dizemos sempre que juros e compulsório representam dois instrumentos utilizados pelo Banco Central. O efeito da utilização desses instrumentos é medido exatamente na concessão de crédito pelo sistema como um todo, incluindo nós.

Da mesma forma, olhamos na captação uma indexação ao CDI, e podemos fazer um exercício teórico e dizer o seguinte: vamos indexar a evolução do crédito à taxa média praticada pelos bancos; ou pelo Banco, no nosso caso.

Se a taxa média, em um simples exercício, é 2% ao mês, alguma coisa como 25% ao ano, se crescer menos de 25%, não há recomposição de saldo. Ou seja, há um encolhimento.

Então, quando olhamos e vemos o crescimento do crédito entre 9% e 10%, na realidade o crescimento é negativo. Não há crescimento real, apenas crescimento nominal. O efeito disso no sistema e no Banco, especialmente nos bancos que têm essa estabilidade na parte de captação, é que há um empoçamento de liquidez.

Quando projetamos o caixa do Banco em cima dessa captação ordinária do Banco, feita rigorosamente pela rede de agências, vemos um comportamento positivo na captação, com uma demanda baixa por crédito, que persistirá neste ano e também no próximo. Então, em um efeito de alavancagem do Banco, se identifica um processo de desalavancagem do Banco, o que é uma tendência, de desalavancagem do sistema financeiro brasileiro.

Ou seja, há empoçamento de liquidez, há crescimento apenas nominal no crédito, e o efeito, no nosso caso, é que, na frente, até o ano que vem, vamos projetando uma desalavancagem medida pelo índice de Basileia.

Então, a Basileia do Banco, que já confortável hoje, mesmo olhando apenas de nível 1, que está próxima de 14%, ela só crescerá por uma razão muito simples: eu gasto, e em vez de fazer crédito, onde vou provisionar, faço operação de tesouraria. E a operações de tesouraria é basicamente título público; ou seja, eu diminuo a exposição a risco do Banco, e o efeito se dá na Basileia.

Essa perda de crescimento real do crédito é negativa, porque desvia um pouco o negócio dos bancos; o negócio dos bancos não é fazer tesouraria, é rentabilizar a captação do crédito, e isso diminui essa possibilidade.

Mas, em função especialmente do fato de que a captação do Banco ocorre muito abaixo do CDI, as mesmas operações de tesouraria, com o nível atual de taxa Selic, são bastante interessantes, e vêm agregando valor.

Na operação de crédito, também temos explicado aos investidores com quem nos reunimos, o comportamento do Banco com relação à concessão de crédito dentro desse ambiente atual fica também bastante restritivo.

Se o Banco quisesse crescer não 10%, mas 20%, não teria a mínima dificuldade. É só abaixar taxa. Abaixa a taxa, mantém a garantia frouxa. Mas sabemos que isso tem um efeito bastante negativo depois, no nível de provisão.

Então, entendemos que a estratégia do Banco, sendo bastante seletivo, ou seja, a criatividade se dá na exigência hoje de maior nível de colaterais ou garantias acopladas às operações; e a elevação da taxa de juros cobrada nas operações, tanto de pessoas físicas quanto de pessoas jurídicas também tem sido parte da estratégia.

Já recebemos o desempenho de julho com relação às taxas médias praticadas, e desde dezembro, quando o Banco já fez quatro ajustes em sua taxa de juros, esse efeito já vem se apresentando no resultado das carteiras de crédito. Ou seja, já estamos colhendo o efeito do aumento da elevação das taxas de juros praticadas nas carteiras de crédito do Banco.

Sabemos que toda vez que se eleva os juros existe o ciclo; cada elevação de taxa de juros tem o efeito defasado, que é exatamente o efeito necessário para o giro das operações de crédito.

A política restritiva de crédito do Banco – e por ‘restritiva’ quero dizer cautelosa – vem exatamente por essa questão a taxa. O Banco está cobrando mais, mas leva tempo até que essa carteira seja renovada, e, na medida em que ela se renova, capturaremos uma maior taxa média, que impactará diretamente na nossa receita de operações de crédito.

Um ponto fundamental que também vimos olhando, isso já esteve claro no balanço do ano anterior, é com relação às receitas derivadas das operações de seguro; ou seja, corretagem de seguros, e o resultado das operações de cartões, que também vem tendo um desempenho bastante forte.

Tem crescido, e é sustentável o crescimento das receitas derivadas desses dois segmentos, na ordem de 40%, anualizando. Na parte da corretora é até mais fácil de entender, porque ela é basicamente um cliente dentro de casa que tem que ser atingido; a base de penetração ainda é muito baixa. E na parte de cartões também, uma evolução forte de mercado. Isso se verifica com todas as agências, tanto que operam em seguros quanto na parte de cartões.

São segmentos que estão com crescimento bastante positivo, totalmente descolados da evolução do PIB. E se o PIB estivesse com uma evolução melhor, certamente esses segmentos teriam um desempenho ainda melhor.

Com relação à questão das provisões, que vem nos preocupando, e não só a nós, mas ao setor bancário como um todo, é importante que tenhamos em mente, e nós avaliamos muito bem essa questão, que a evolução do crédito no Brasil nos últimos

anos se deu exatamente em função direta da extensão do prazo médio das operações.

Parte das operações de crédito que compõem o estoque do sistema financeiro hoje é de créditos dados há dois ou três anos, quando o cenário não era tão adverso, era um cenário melhor. Ou seja, são créditos concedidos em outras condições.

Quando a economia entra em recessão, essas operações certamente têm seus riscos aumentados, e é exatamente esse o efeito que acaba ocorrendo. Carteiras que tinham um grau de risco quando a economia estava em expansão passam a ter um grau de risco maior, que impacta na provisão quando a economia entra em um processo recessivo. E o que preocupa não é apenas o processo recessivo, é a extensão e a duração desse processo recessivo.

É exatamente esse o ponto que nos preocupa. Quanto maior o processo recessivo, mais débito para nós, ou para toda instituição que carrega operações de crédito.

E nossa expectativa com relação à provisão futura é que o crédito dado ao longo deste ano, a posição que já vinha na estratégia que o Banco havia adotado desde o ano passado, essa seletividade maior no crédito, entende que o nível de risco assumido nas novas operações concedidas já está ajustado à nova condição da economia brasileira.

Nós achamos que ainda colhemos neste trimestre um efeito daquelas recuperações que se concentraram no 1T, mas cujos efeitos passaram também para o 2T. Nem todo o nível de provisão daquelas empresas em RJ que entraram no 1T se deu integralmente no 1T, por isso o Banco pediu a regra de aumento de provisão na medida em que forem passando cada 30 dias.

Esses efeitos diminuiram, porque essas provisões 'desovaram', e a tendência é que haja um comportamento um pouco mais estável, como ocorreu no 2T. Não voltaremos a morar no paraíso tão cedo, mas aquilo que dissemos com relação ao 1T, de pegar aquela provisão feita no 1T e multiplicar por quatro para saber qual é a provisão do ano não é verdade, e achamos que estamos conseguindo atingir aquela meta.

No ambiente atual, têm saído muitas matérias na imprensa sobre a realidade financeira do estado do Rio Grande do Sul. Nós temos colocado aqui, nas últimas conversas que temos feito no mercado, talvez até com alguns que estejam ouvindo agora, que o que preocupa o Banco, quero enfatizar, é muito mais a situação econômica do País, do que eventuais reflexos da situação financeira do Estado do Rio Grande do Sul, nos negócios do Banco.

Tudo o que eu falei até agora, e o que o Alexandre relatou, 100% disso são impactos gerados no resultado do Banco em virtude do ambiente de negócios gerado pela economia brasileira, e não em função de eventuais problemas das finanças públicas do Estado.

Isso não é novidade, as finanças do Estado vêm há algum tempo com problemas. E isso não é privilégio do Estado do Rio Grande do Sul, também tem acontecido em diversos outros estados do País. E o mercado se preocupa muito em função da relação do Banco com o seu controlador.

Existem limitações legais para que o Estado de alguma forma se utilize do Banco. A questão regulatória, que vocês conhecem, impede e limita quaisquer relações do Banco com o seu controlador, seu acionista ou com o setor público. Essa é a primeira questão. E no aspecto de governança, nada interfere na atuação do Banco.

Existem algumas questões que normalmente não são questionadas. A primeira delas é sobre a questão do crédito consignado. O crédito consignado, no entendimento do Estado, ele não pode atrasar o crédito consignado; ele não pode não repassar para o Banco o crédito consignado, porque isso é considerado apropriação indébita.

Esse é o entendimento do Governo do Estado, respaldado por parecer da própria Procuradoria Geral do Estado. E tanto é verdadeiro esse entendimento que o Estado atrasou o pagamento integral da folha, ele pagou apenas parcialmente a folha dos servidores no final do mês passado; e no dia do vencimento, ou seja, primeiro dia útil de agosto, ele creditou, pagou no Banco, R\$86 milhões, a título das retenções de crédito consignado feito junto aos servidores estaduais. Então, ele pagou integralmente esse valor devido.

Mesmo assim, também devemos medir, dentro do balanço do Banco, que consideramos que toda a exposição que o Banco tem com o servidor estadual, hoje é no valor de R\$4,9 bilhões, em uma carteira total do Banco próxima de R\$32 bilhões. Esse é o tamanho da exposição.

Dos R\$4,9 bilhões é importante destacar que R\$2,8 bilhões são o crédito consignado; mais de R\$1 bilhão é financiamento imobiliário, ou seja, existe integralmente alienação fiduciária dos bens financiados. E outra questão importante: estado não é como uma empresa, que vai falir e ela desaparece. O Governo do Estado do Rio Grande do Sul não vai mudar para a China, e o servidor não vai correr atrás dele na China. Não existe isso. Ele vai atrasar, mas ele vai pagar. É fundamental lembrar dessa questão.

Menos de R\$1 bilhão da operação com o servidor estadual é operação de crédito geral; ou seja, um cheque especial, um cartão de crédito. Então, acho que é muito importante dimensionarmos qual é o tamanho da exposição, ou mesmo da dependência dos negócios do Banco do servidor público estadual, e acho que essa questão do consignado é importante.

O depósito judicial é outro ponto também, que em função de uma matéria que saiu na imprensa, gerou uma bola de neve e tivemos que explicar. Então, novamente, eu vou gastar um minuto aqui.

O depósito judicial não é conta de passivo do Banco. Até 2001, os depósitos judiciais eram feitos no Banco, então era uma conta de passivos do Banco. O Poder Judiciário criou o Fundo de Gerenciamento dos Depósitos Judiciais, e então esses recursos então saíram do Banco.

O Banco é um mero arrecadador e prestador de serviços para o Poder Judiciário na administração e gestão desse fundo. Ou seja, o Banco recebe o depósito, o Banco atualiza os valores e para os alvarás judiciais, à medida que esses alvarás vão chegando aqui.

E mais importante que isso, para consolidar o entendimento dessa questão, é que quando os depósitos judiciais, até 2001, compunham o passivo do Banco, havia um recolhimento de depósito compulsório junto ao Banco Central. Quando esses recursos

saíram, o depósito compulsório desapareceu, e não houve desde então nenhum tipo de apontamento e questionamento do Banco Central com relação a isso.

Mas, na medida em que não é conta de passivo, a contrapartida não é conta de ativo, porque na medida em que o Estado do Rio Grande do Sul, através de uma segunda lei, passou então a poder pagar contra este fundo – o dinheiro nunca sai do Banco, sai do fundo –, essa operação nunca foi uma operação de crédito do Banco.

E novamente, desde 2002 o Banco Central, que nunca questionou a questão do compulsório, e vou chamar novamente o Banco Central, que há mais de dez anos há essa prática de o Estado sacar contra o fundo, e o Banco Central em momento algum apontou isso como uma operação de crédito do Banco, exatamente porque não é passiva e não é ativa.

Logo, não há qualquer responsabilidade do Banco com relação aos depósitos judiciais. O depósito judicial é um problema do Poder Executivo e do Poder Judiciário. Os dois são corresponsáveis pelo zelo com relação ao depósito judicial. O Banco não tem nenhuma implicação com relação a isso.

O último ponto é que houve uma liminar, quando o defensor público entendeu que, na medida em que os funcionários não estavam recebendo, então o Banco – e não sei por que só o Banco, por que não colocou os outros bancos também, essa é uma dúvida que temos – não poderia debitar juros, debitar amortizações de alguns tipos de operações enquanto perdurasse o atraso na folha.

O Estado já pagou a folha. Na segunda-feira, a folha está rigorosamente em dia, o Estado não está devendo nada para o servidor. Mas ele mandou isso para o juiz, foi deferida em primeiro grau essa liminar, o Banco entrou com o recurso, esse recurso foi ao desembargador, o desembargador pediu vistas ao Ministério Público, que deve se pronunciar entre hoje e amanhã. A nossa expectativa é que seja favorável à sustação dessa liminar, porque qualquer análise jurídica séria no aspecto técnico, e a própria avaliação do promotor do Ministério Público já entrou nessa linha, foi uma análise muito técnica, e quanto mais técnica a análise, mais nos favorece.

Esse primeiro posicionamento se deu por um posicionamento político do defensor público e do juiz que deferiu a primeira liminar, porque ele usou inclusive o termo “questões humanistas”. Então, se ele irá usar questões humanistas, usará isso então na sequência para qualquer ação que venha a ser julgada, de qualquer pessoa que esteja desempregada, e os bancos não poderão cobrar.

Então, entendemos que rapidamente iremos sustar essa questão. O próprio Banco Central entende que isso é totalmente ilegal. Não há, inclusive, uma arguição de incompetência da Justiça Estadual de julgar, porque isso é uma matéria federal. A cessão bancária é regulada pelo Conselho Monetário Nacional e fiscalizada pelo Banco Central. Então, não temos maiores preocupações com relação a isso.

Nós nos preocupamos enquanto não há a sustação disso, mas entendemos que entre hoje e amanhã, e mais provável amanhã, teremos uma solução e sustação dos efeitos dessa liminar.

Mas mesmo com relação a essa liminar, fizemos questão de quantificar a exposição do Banco junto a esse cliente servidor público. Com relação ao cliente Estado, não

existe operação de crédito do Banco com o Estado, então isso também não nos traz qualquer tipo de preocupação.

Vou encerrar por enquanto, e ficaremos à disposição de todos para eventuais perguntas que venham a ser realizadas. Muito obrigado, por enquanto.

Gilberto Tonello, GBM Brasil:

Bom dia a todos. Obrigado pela oportunidade. Gostaria de parabenizá-los também pelos resultados. Acredito que a parte do Rio Grande do Sul foi muito bem explicada. Em muito do que se especulava, o Banco não tem muita exposição. Minha dúvida é só para saber, caso a liminar a seja passada, se vocês têm alguma estimativa de impacto financeiro, se isso entra nos índices de inadimplência, ou alguma coisa que venha a impactar o Banco.

E, caso necessário, porque foram colocadas essas prioridades como segurança, saúde, se há alguma brecha legal para o Estado não repassar essa parte dos salários de consignado para vocês. Depois eu faço minha segunda pergunta.

Ricardo Hingel:

Eu vou voltar um pouco. A exposição no consignado é R\$2,8 bilhões. Ela representa uma CMT, que foi paga na última segunda-feira, de R\$86 milhões. Esse é o tamanho de um eventual atraso no fluxo no mês.

Mas como o consignado é uma operação muito longa, o efeito financeiro nesses R\$2,8 bilhões, vamos imaginar que o Estado nunca mais queira pagar o consignado, o efeito é nessa ordem de R\$86 milhões, que vai caindo na medida em que vai amortizando. É uma questão meramente hipotética, que na prática não irá ocorrer.

E é importante ressaltar que o Estado considera que, na medida em que ele atrasar esse consignado, além do efeito de ser considerado um crime, ou seja, uma apropriação indébita, e isso pega direto na pessoa física do Secretário, ele tem um dano colateral, que é a negativação do funcionário.

Existe uma regulação bancária que obriga os bancos a executarem isso. Nós teríamos que executar, negativar todo mundo; ou seja, vai para o SISBACEN, vai para a central de vítimas, vamos negativar. Porque eu, como administrador do Banco, não tenho a prerrogativa e o poder discricionário de dizer “não vou negativar, porque eu fico com pena”. Eu não posso ter pena, eu tenho que seguir a regra. Então, o Banco teria que seguir a regra e negativar esses funcionários.

Então, existe o dano direto ao Estado que, cometeria um crime, na parte do administrador do lado do Estado, e haveria esse dano colateral na questão da obrigatoriedade de negativação dos funcionários. Por isso esse entendimento, e eu participei das discussões com o Estado e com a procuradoria.

E eu tenho bastante presente para mim que o Estado tem essa preocupação, tem esse grau de prioridade, e não é nem uma prioridade, eles entendem como uma imposição de caráter legal pagar esse consignado.

De novo, eu fiquei muito tranquilo, e é até em cima disso que eu estou colocando, porque eu havia falado isso anteriormente e, na segunda-feira passada, ele creditou esse R\$86 milhões.

Eu não sei se respondi na íntegra, porque a minha resposta foi meio longa.

Gilberto Tonello:

Perfeito. Muito claro. Outra parte que saiu esses dias, mas não teve a mesma importância, é que foi apresentada na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul a criação de outra empresa, o Banrisul Cartões. Só para eu entender o que seria essa empresa; seria uma estrutura parecida com o que a Cielo fez com o Banco do Brasil?

Se vocês puderem comentar mais sobre essa nova empresa e mais sobre essa estrutura, do que vocês estão pensando em colocar em cartões, mais como seria a empresa Vero, como ela entraria com essa nova empresa, eu agradeceria.

Ricardo Hingel:

Eu vou lhe colocar os dois projetos de lei, porque, na realidade, são dois projetos de lei. Existe um projeto de lei anterior, há pouco mais de um mês atrás, que pedimos para colocar, e agora ele está com regime de urgência, que é o projeto de lei de criação da estrutura societária da corretora.

O Alexandre comentou anteriormente, *em passant*, a JV que nós temos com a Icatu, que se tornará operacional ao longo deste semestre, todos os atos constitutivos já estão assinados, e por questões burocráticas ela irá operar. Mas é importante entender essa questão da corretora, que é uma operação que não tem uma empresa hoje, mas a operação existe dentro do Banco.

No ano passado, ela teve uma receita de R\$120 milhões. Ao longo desse 1S, essa receita atingiu em torno de R\$75 milhões, ou seja, há um crescimento bastante significativo dessa receita, e para nós isso é fundamental, por uma razão muito simples: nós temos de cara um ganho tributário inicial, porque eu tiro essa receita, que passa por dentro do Banco hoje; e isso é um tributo, uma receita de corretagem de seguros com o tributo mais alto que existe no Brasil, que é de bancos. Então, já temos de cara um ganho fiscal significativo. Só no ano passado, se houvesse essa empresa, o ganho fiscal seria próximo de R\$10 milhões.

Quando projetamos as receitas de seguro do Banco, crescendo anualizadamente em torno de 40%, esse ganho é explosivo.

A prioridade na Assembleia é a questão da criação então da corretora, e o que assumimos inicialmente é isso. Há a criação da corretora. Nós criaremos essa empresa, e essa empresa nos dará um ganho tributário. Estamos, inclusive, já fazendo o *carve out* da empresa, exatamente para simular o desempenho dessa empresa nos últimos anos, comprovar as vantagens fiscais que ela teria se tivesse existido naquele momento, e poder projetar exatamente o ganho fiscal que teremos nos próximos anos com a existência dela.

Nós não assumimos nenhuma operação de mercado de capitais com relação a essa empresa, mas é um *hidden value* dentro do Banco, que tem um valor bastante significativo.

No caso do outro projeto, que foi agora nesse segundo lote, da administradora de cartões, ela também tem uma vantagem tributária, que o Werner pode detalhar um pouco, mas não podemos colocar a administradora dentro da Vero, exatamente por diferenciais tributários. Essa complementação visa exatamente complementar toda a operação de cartões, e fazer com que essa empresa seja exatamente completa.

Vou pedir para o Werner explicar um pouco melhor em detalhes essa vantagem.

Werner Kohler:

A estrutura de cartões do Banco se diferencia na área de aquisição e na área de emissão. A área de aquisição, que são as máquinas que estão espalhadas e capturando transações dos cartões de crédito, já está dentro da rede Vero, dentro da Banrisul Cartões.

Agora, o que está se propondo é uma subsidiária para a Banrisul Cartões, que terá como negócio a emissão de cartões de crédito. Então, a parte de emissão, estando nessa empresa separada, tem um peso tributário diferenciado em função de que, tributariamente, as administradoras de cartão de crédito são consideradas, para a tributação, equiparadas a bancos.

Estando dentro de uma mesma empresa, nós teríamos a alíquota mais alta de PIS/COFINS e a alíquota mais alta de contribuição social e IR dentro da empresa, em função de que a aquisição que é um serviço público, que paga PIS/COFINS não cumulativo, enquanto a emissão paga PIS/COFINS de forma cumulativa.

É necessário que esse diferencial seja em empresas diferentes, para não capturar essa situação que traria um peso tributário maior. Desta forma, está sendo proposta a associação para área de emissão de cartões.

Ricardo Hingel:

É fantástico o cuidado que temos que ter na questão tributária no Brasil. Nós acabamos tendo que criar estruturas societárias separadas exatamente para reduzir o ganho, fazer a eficiência fiscal necessária.

Na própria questão da corretora, nós reduzimos de cara a tributação com a criação da corretora. E se separarmos por diversos âmbitos, podemos ter mais de uma corretora e ainda ter algum ganho tributário, na medida em que parte da tributação será oferecida no regime de lucro presumido. Ou seja, ainda conseguimos reduzir mais ainda a tributação.

É importante entender esses dois negócios, exatamente porque estamos fazendo exatamente esse movimento, porque diferentemente do negócio crédito, e eu falo do negócio crédito puxando todos os outros bancos para essa comparação; o negócio crédito deixou de ser o negócio da moda, como foi naquele período áureo de IPO dos bancos, em 2006, 2007, até um pedaço de 2008, quando o crédito era o negócio. O crédito crescia 30% ao ano, e isso sustentava o valuation e os múltiplos dos bancos.

Hoje, quem tem múltiplo, vocês acompanham bem o mercado, é a BB Seguridade, que tem um múltiplo fantástico, a Cielo tem um múltiplo fantástico, e nós vamos atrás exatamente desses múltiplos, porque nós temos operações similares, que inclusive

entendemos que quem hoje negocia a ação do Banco não está pagando por esses valores, exatamente porque ainda não enxergam na integralidade o potencial e para onde vão esses negócios do banco.

Gilberto Tonello:

Perfeito. Se me permite um último *follow-up*, eu entendo que os múltiplos dessas empresas são maiores mesmo pela perspectiva de crescimento, mas vocês têm alguma perspectiva de sair com essas empresas ao mercado, até para poder capitalizar esse múltiplo mais alto, ou vocês pretendem manter isso internalizado dentro do Banco?

Ricardo Hingel:

Nós estamos no mercado, conhecemos as questões de governança, e temos certa limitação legal para falar sobre isso. O que há, por exemplo, na questão da corretora, é que agora o projeto de lei está em regime de urgência. Eu preciso ter isso para dar novos passos.

Uma coisa que nos limita para fazer qualquer movimento em termos de mercado de capitais é, em uma leitura de cenário que eu faço, e vocês acompanham tanto quanto nós, o eventual risco de *Investment Grade*.

Se o Brasil perder o *Investment Grade*, vocês sabem que o mercado para *equity*, e para dívida também, em termos de mercado internacional, encolhe significativamente, porque tem investidores que não investem em papéis de países não *Investment Grade*.

Isso me preocupa muito, e pode até eventualmente limitar, mesmo que o Banco queira, esteja pronto para fazer; todos os bancos de investimento estão me procurando todos os dias, e nós temos conversado sobre essas operações.

Mas a nossa decisão ainda está um pouco longe. Nós entendemos que temos esse *valuation* para fazer, mas a própria consolidação dessas operações em empresas, como pretendemos fazer ao longo deste ano, inclusive irão agregar valor, porque eu vou amadurecer ainda mais essas operações.

Mas, de novo, eu tenho um limite legal para falar e, ao mesmo tempo, tenho um limite em termos de entender um pouco melhor a questão da evolução da economia brasileira e os seus fatores de risco, entre eles, essa questão de *Investment Grade*, a elevação da taxa básica Americana, a própria subida da taxa pelo FED. Isso tem impactos negativos na nossa economia, porque criará um afluxo de recursos internacionais para cá.

Daqui a pouco o câmbio pode subir, a taxa Selic pode subir, e quanto mais a taxa Selic sobe, pior o mercado acionário. Para que me expor a riscos se eu tenho Selic a 14,25%, 15,25%, até onde ela pode ir?

Então, ainda temos uma zona obscura em termos de cenário econômico até para hoje mesmo, até apara tomar a decisão, mesmo que eu tivesse apenas a restrição de divulgar.

Hoje, nós não temos a decisão, mas estamos fazendo o tema de casa, que é ir estruturando e qualificando as operações. Na própria questão de cartões, estamos fazendo uma série de melhorias de processos para tornar mais eficiente e reduzir custos. De novo, como hoje, por exemplo, na questão da Cielo, ela tem um múltiplo fantástico, cada R\$1 que eu reduzo de custo é injeção na veia no *valuation*.

Então, no limite do que eu posso colocar, são esses pontos.

Gilberto Tonello:

Perfeito. Muito obrigado.

Guilherme Costa, Itaú BBA:

Bom dia. Parabéns pelo resultado, e obrigado pela oportunidade. Eu tenho duas perguntas. A primeira é sobre a sua dinâmica da inadimplência. Queria entender o que vocês estão esperando para os próximos trimestres.

E a segunda é em relação à despesa de PDD. Fizemos uma conta simples e vimos que, para a despesa de PDD ficar dentro do *guidance*, ela tem que cair nos próximos trimestres. Eu queria entender o quão confortável vocês estão com essa queda de despesa de PDD, e se vocês acham que um possível atraso no pagamento dos funcionários públicos do Rio Grande do Sul poderia impactar a sua despesa de PDD para frente.

Eu sei que é mais ou menos R\$1 bilhão, que é só a parte de cartão de crédito e cheque especial, que estaria mais sujeita ao aumento de inadimplência, mas queria ter *view* de vocês sobre isso. Obrigado.

Alexandre Pedro Ponzi:

Guilherme, com relação ao fluxo de provisão, estamos confortáveis com o *guidance*. Achamos que pode eventualmente ser rompido, mas nada tão significativamente como ocorreu, ou o mercado sinalizava em março por conta dos R\$400 milhões. Nós sabíamos que nesses R\$400 milhões havia um valor muito grande por conta de uma concentração de RJs naquele trimestre.

E agora, pelo giro da carteira em algumas empresas, pequenas adições de novos, um fluxo de carregamento que não tinha atingido o pior nível de *rating* até março, haveria, sim, um rescaldo.

O que estamos verificando é que há uma perspectiva de crescimento um pouco mais forte de carteira, portanto isso também acaba sendo significativo para melhorar o denominador; e mais, tendo em vista o comportamento recente, tanto o que o Ricardo comentou com relação à estrutura de receita, que vemos pela reprecificação melhorando, mas também vendo o comportamento do crédito, imaginamos que dá, sim, para buscar perseguir alguma coisa próxima aos valores do trimestre fechado em dezembro como custo de crédito nos próximos dois trimestres.

É por conta disso que esperamos ver uma tendência declinante nos valores provisionados a cada trimestre como PDD. Imaginamos que o *guidance* mudou de patamar. Não estamos dizendo que estamos de novo em um cenário extremamente idílico, mas ele mudou de patamar em relação ao próprio Banco.

Nós sempre trabalhamos próximos da faixa intermediária entre 2,5% e 3%, mas nós imaginamos que não há, pelo menos, algum indicativo para que revisemos os recursos de crédito.

Werner Kohler:

Nesse item, é o *guidance* de provisão sobre a carteira de crédito. E nesse item, especificamente, vimos monitorando bastante apuradamente o que vinha acontecendo, e há uma concentração, sim de provisão em cima de empresas corporativas. E verificamos, inclusive, uma melhora dentro das operações que são massificadas, ou seja, a pessoa física e as empresas de pequeno e médio porte.

Como essas operações vão descendo nível a nível até o H, ainda tivemos algumas situações que impactaram em *downgrade* de *rating* dessas operações específicas que estão dentro do radar.

E entendemos que a volta da situação de provisionamento nosso sobre as carteiras massificadas, que apresentam um risco até melhor, pode nos trazer, sim, dentro do *range* do *guidance* previsto para despesas com provisão de crédito.

Ricardo Hingel:

Complementando, sustentamos que esse aumento de inadimplência, como comentei no início, tem muito do cenário, ele é função direta desse cenário adverso, mas entendemos também que existe uma questão interna nossa, de fazer o gerenciamento dessa carteira. E é exatamente isso o que estamos fazendo.

Tem uma questão que é passiva, em que pouco podemos interferir, mas na questão de gerenciamento dessa carteira, é o que estamos fazendo. Nas metas comerciais do Banco, hoje, a questão da recuperação de crédito está na meta de toda a rede comercial do Banco.

Não adianta a rede comercial do Banco atingir metas de captação, de crédito, de margem, se também não atingir as metas de recuperação de crédito. Isso subtrai o desempenho dela. Ou seja, o corpo comercial do Banco entendeu isso, está sendo direcionado para fins de recuperação de crédito, além de toda a questão preventiva de uma maior seletividade.

Mas na administração da carteira preexistente há um gerenciamento forte. Antes da reunião aqui, eu estava com o Diretor de Risco do Banco exatamente discutindo as estratégias que estão sendo tomadas para fazer o acompanhamento, o gerenciamento e a busca da carteira já existente.

É muito fácil dizermos “a culpa é toda da economia, e a quando a economia melhorar vai voltar o dinheiro”. Não. Há uma ação do Banco exatamente na questão do gerenciamento do estoque da carteira.

Então, o Banco não está parado, e acho que parte da contenção da perda do nível de provisão passará exatamente pela capacidade que tivermos, e achamos que já estamos tendo resultados disso, para administrar o estoque existente.

Guilherme Costa:

Perfeito. E só uma última pergunta, em relação à PDD de pessoa física: vocês veem alguma necessidade de fazer mais PDD nesse 2S em decorrência à situação do Estado?

Ricardo Hingel:

Em decorrência do Estado?

Guilherme Costa:

Dos atrasos nos pagamentos.

Alexandre Pedro Ponzi:

Ratificando o que ocorreu, o Estado pagou os salários na totalidade. Portanto, no mês de agosto não há impacto algum. O que está se discutindo é a liminar que ainda está aí para vermos os efeitos futuros, o que pode acontecer, mas hoje não tem.

E como houve o pagamento, nós assumimos, por tudo o que já foi explicado, que não há por que se esperar que o Estado não venha a cumprir, independentemente de parcelamento ou não dos salários daqui para frente.

Ricardo Hingel:

O Estado pagou na segunda-feira que foi dia 10. Então, na realidade, neste mês ele atrasou dez dias. Esse é o efeito do atraso do Estado. Então, não provocou absolutamente nenhum problema para nós, afora a questão de ficarmos batendo boca com o juiz – estou brincando aqui. De novo, nós não estamos mais discutindo com o juiz que deu a liminar, já estamos em um grau superior, no desembargador que está julgando. E ainda restaria o recurso ao presidente do Tribunal eventualmente, se não conseguíssemos isso.

Para dar problema, pessoal, não é o fato de o Estado atrasar dez ou 15 dias em um mês. Para dar problema, o Estado tem que atrasar duas, três folhas. Se o Estado atrasar duas, três folhas, aí começa a haver um risco maior nessa parte da carteira, fora consignado e fora imobiliário. E mesmo o imobiliário pode refletir um pouco, mas as CMTs não são significativas.

O efeito pode se dar, por exemplo, no cheque especial, em algum outro tipo de linha, mas cujo custo dessas linhas, temos que lembrar que elas comportam inadimplências mais elevadas.

O cheque especial, que o pessoal paga 8%, 9%, até comporta. Na realidade, ele até fica inflado, não pelo valor principal tomado, mas inflado em cima da taxa de juros que acabamos colocando.

Mas, de novo, para haver problema sobre essa carteira, que não chega a R\$1 bilhão, que é o crédito comercial normal, que o que tem a taxa elevada – o consignado não tem taxa elevada, o imobiliário não tem taxa elevada –, o Estado terá que atrasar

duas, três folhas, e isso ainda não está no radar, nem nosso aqui e nem no do Estado, porque estamos permanentemente nos reunindo para entender a situação deles.

Não sei se fomos claro aqui.

Guilherme Costa:

Foi muito clara a resposta. Obrigado, pessoal.

Marcelo Cintra, Goldman Sachs:

Bom dia a todos. Obrigado pela pergunta. Eu queria primeiro agradecer as explicações relacionadas ao Estado e às expectativas de provisionamento para os próximos trimestres. Eu acho que isso nos deu uma visibilidade boa.

Minha primeira pergunta, queria mudar um pouco de assunto e escutar um pouco de vocês a respeito de despesas, e o que vocês estão vendo para frente, e principalmente sobre o plano de aposentadoria que vocês lançaram nos últimos meses. Primeiro, quantos funcionários são eletivos para esse plano? E se existe alguma estimativa de impactos para o resultado do Banco relacionado ao plano de aposentadoria. Depois eu faço a minha segunda pergunta. Obrigado.

Ricardo Hingel:

Hoje, temos aproximadamente 11.500 funcionários. Elegíveis para isso são em torno de 1.600 funcionários, que já estão aptos a se aposentar tanto pelo INSS quanto pela fundação do Banco. 1.600.

A expectativa, tomamos por base o ano passado, porque no ano passado houve um plano, que tinha mais ou menos o mesmo número elegível, e o que aconteceu foi em torno de 600 funcionários.

Achamos que o número parte em torno de 600, mas pode até ser um número maior. Eu, particularmente, acho que a adesão será um pouco maior do que a média que temos nas opiniões do Banco.

No ano passado, a questão da Fundação era uma novidade, houve toda uma migração para novos planos, teve muita gente insegura, então esse pessoal optou por não se aposentar. Hoje, está bem compreendido o efeito da migração, as pessoas têm mais segurança ao tomar a decisão de se aposentar. Então, acho que essa melhor compreensão pode até aumentar.

No PAI, esse é o investimento inicial. As pessoas devem optar pelo plano até a metade de setembro, dia 15 de setembro é a data limite. A aposentadoria se dará até o final do ano, ou seja, o efeito cheio disso provavelmente impactará o ano que vem.

Se tomarmos por base o ano passado, é uma redução de custo em torno de R\$80 milhões. E o retorno disso, o *payback* é em menos de um ano. Então, fazendo um exercício, ano que vem fazemos o desembolso, e no ano que vem já recuperamos e terminamos o ano com fluxo de caixa positivo desse investimento.

Marcelo Cintra:

Perfeito. Só para ver se eu entendi direito então, perto de R\$80 milhões, que seriam de despesa relacionada a esse plano, mas com um *payback* de menos de um ano, então são R\$80 milhões de redução de custo por ano, mais ou menos.

Werner Kohler:

Na realidade, seria um pouco superior. Esse desengaixe acontece agora no 2T até o final do ano, porque está prevista a saída das pessoas até 31 de dezembro. Então, está se prevendo um desengaixe parecido com o do PAI que aconteceu no ano passado, um desengaixe em torno de R\$80 milhões, que daí se recupera dentro de um ano. E isso, claro, afetará os números do 2S líquidos dos efeitos tributários.

É isso que estamos esperando que seja esse custo do PDA, como estamos chamando, que é Plano de Desligamento por Aposentadoria.

Marcelo Cintra:

Perfeito. Minha segunda pergunta é relacionada ao seu *guidance* de ROE. Eu vi que vocês mantiveram o piso do *guidance* em 14%, os resultados do 1S foram um pouco abaixo, então temos que esperar uma melhora significativa no 2S para chegar a esse piso de 14%.

Vocês falaram um pouco sobre provisão, que vocês estão bem tranquilos que ela deve se reduzir nos próximos trimestres, mas de onde deveria vir essa melhora tão relevante? Não sei se apenas do lado de provisionamento seria o suficiente. Gostaria de o quão confortáveis vocês estão, talvez até trabalhando com o piso de ROE do Banco para o ano. Obrigado.

Ricardo Hingel:

O ROE anualizado para o 2T já está rodando a 14%. O ROE do semestre está impactado pelo resultado da *range* negativa do 1T, que é onde a taxa anualizado foi em torno de 10%.

Então, vamos recuperando margem ao longo do 2S. A margem é recuperada exatamente porque essa reprecificação da carteira de crédito já dá efeito. Só para você ter uma ideia, a taxa média de dezembro, que foi de 2,06%, já subiu 10%, hoje está acima de 2,26%. Ou seja, já estamos coletando a elevação das taxas do Banco, as taxas que elevamos ao longo do 1S.

Como falamos anteriormente, há um *delay* está entre a cobrança das novas taxas e isso virar receita, mas isso já está ocorrendo. Na prévia de julho, esse movimento também está conseguindo capturar essa elevação das taxas, e isso vale em todos os segmentos, tanto na pessoa física quanto na jurídica. Então, mesmo a operação de crédito, que é uma preocupação, na questão da reprecificação, ela é positiva.

E novamente, sempre lembramos, quando existe um movimento de elevação de taxa Selic, naquela carteira que tem aquelas operações pré-fixadas há uma imediata perda de margem, porque eu estou com a carteira pré e não consigo chamar o outro lado, chamar o meu devedor e dizer “subiu a Selic, a sua taxa pré não vale mais”. Eu só consigo repassar na medida em que vou refazendo a carteira, renovando a carteira.

Então, acho que esse movimento é positivo. Há recomposição de margem, porque há uma elevação dessa margem por uma questão passiva pela questão de elevação da Selic, na sequência, e uma ação ativa nossa cobrando. Ninguém ao longo desse semestre renovou operação pela mesma taxa. Isso é proibido. Isso está na taxa que é liberada para a rede diariamente, e isso é também praticado na mesa, que tem a autonomia final para definir taxas não contempladas no que chamamos de 'Bom Dia', que é o sistema que abrimos todo dia de manhã. O operador do Banco abre, e aquelas são as taxas que estão autorizadas.

Aquelas taxas que estamos autorizados a praticar são superiores às taxas praticadas anteriormente. Há questão de 15, 20 dias, fizemos uma última reprecificação, um momento antes da última elevação da Selic; já elevamos a taxa. A mesa, que é o que define as taxas fora dessa tabela, também está orientada a trabalhar com outras taxas, nunca renovar pela mesma.

Então, mesmo nesse item de formação de resultados, de spread, é positivo, estamos capturando isso mês a mês. Falamos do nível de provisão, e também essas questões na hora da formação de resultados, da questão da receita de corretagem de seguros e da parte de cartões são muito positivas e também contribuirão no resultado.

Por isso sustentamos que 14% é o mínimo que pretendemos entregar; já estamos rodando a 14%, e na medida em que tivermos a capacidade de capturar esses efeitos positivos que estamos trabalhando, achamos que temos condições de entregar dentro do intervalo do *guidance*.

Marcelo Cintra:

Perfeito. Ficou bem clara essa tendência de melhora de rentabilidade para os próximos trimestres. Se vocês permitem apenas um último *follow-up*, relacionado ao capital: vocês falaram bastante que o Banco está aumentando a liquidez, desacelerando bastante o crescimento de carteira, e, com isso, o capital do Banco deveria continuar crescendo; Tier I hoje está acima de 14%. Eu gostaria de escutar quais seriam as estratégias para a utilização desse excesso de capital, e se há algum passo para eventualmente elevar a distribuição de dividendos, ou talvez um dividendo extraordinário, ou algo do gênero? Obrigado.

Ricardo Hingel:

A minha sorte é que o controlador não ouve essa sua pergunta. Eu, como financeiro do Banco, sou extremamente conservador. E eu tenho que ser conservador no momento em que estou operando em uma economia em recessão, ou seja, com fatores de risco extremamente elevados. Quando faço uma análise expressa do cenário econômico, preciso considerar que possa haver uma perda de *Investment Grade*; o americano subindo taxas, ele consolidará.

Ou seja, esse coquetel com perda de *Investment Grade*, com elevação da taxa básica americana, que irá repercutir também nas outras moedas, nas outras taxas de juros no mundo todo, isso é muito negativo para nós.

Então, eu estou olhando o meu cenário interno mais adverso. O País não conseguindo provar que tão cedo ele conseguirá fazer uma melhoria no aspecto fiscal, não

conseguirá provar que crescerá significativamente no ano que vem e nos próximos anos, e esse cenário de estresse pode fazer com que haja um câmbio mais elevado.

Que o Governo, para segurar uma eventual perda de fluxo externo, tenha que subir taxas para arbitrar e permitir uma estabilização desse fluxo externo; e esse cenário de estresse pode agravar as condições internas. O país pode crescer menos que -0,5%, no ano que vem, pode ser -1%, -2%. Entra no caminho do imprevisível.

Então, em um cenário de estresse desses, eu preciso manter uma liquidez elevada e uma base de capital elevada, exatamente para deixar o Banco pronto para isso. A elevação do dividendo, pelo menos no meu radar e no da administração do Banco, não passaria, exatamente para manter o Banco bastante sólido, para enfrentar exatamente essa administração da crise.

Porque nós não estamos no meio ou no fim da crise, nós estamos no início. Nós sequer chegamos no meio, porque o próprio Governo Federal não está conseguindo não está conseguindo colocar de pé as suas estratégias para recuperar a economia.

O ministro Levy, por mais conceituado, por mais bem-intencionado, e por mais corretas que sejam as medidas que ele queira implementar, ele ainda é um arquiteto de uma planta baixa. Ele não é um engenheiro que está fazendo fundação e levantando parede. E mesmo a planta baixa dele já teve que ter um recuo, que foi a redução do superávit fiscal.

Então, o cenário econômico me obriga a manter uma posição extremamente conservadora em termos de crescimento e em termos de base de capital. Por isso que eu não consideraria uma elevação de dividendos, porque acho que essa construção de Basileia é muito importante.

O nível de Basileia prudencial leva em conta o cenário. Crescendo 3% ao ano, eu poderia trabalhar com uma Basileia bem inferior à que eu tenho hoje. Quando eu olho o agravamento, a persistência e o alongamento do processo recessivo, eu preciso ter uma postura mais conservadora, mais prudencial e, por isso, trabalhar com caixa alta e base de capital elevada, também.

Ou seja, os bancos, em um momento desse, têm que se desalavancar. E por 'desalavancagem', leia-se Basileia.

Marcelo Cintra:

Perfeito. Muito obrigado. E só um rápido *follow-up*: você falou do controlador. O controlador compartilha dessa sua visão operacional? Existe essa discussão interna? Obrigado.

Ricardo Hingel:

O controlador faz parte, ele integra o Conselho de Administração; ele preside o Conselho de Administração do Banco. As duas principais pessoas, fora o Secretário, dentro dessa direção técnica da Secretaria da Fazenda que participam do Conselho, um deles presidirá o Conselho, o outro já integra o Conselho.

O Governo tem o Secretário Geral do Governo, que é a pessoa mais importante da questão estratégica do Governo, também com assento no Conselho do Banco. Essas

questões são debatidas diretamente na reunião do Conselho. Não foi nem pauta deles, a questão de aumento de dividendos, nunca houve um pedido nesse sentido, mas a compreensão da situação na economia nacional e a situação do Banco são muito bem compreendidas por eles.

E para nós, em termos de governança, é muito importante que as principais pessoas que integram o Governo, que são representantes do controlador no Conselho do Banco, acompanhem, e também tenham a responsabilidade em termos de governança com relação ao que ocorre dentro do Banco.

Então, há uma corresponsabilidade do Governo, na medida em que ele integra o Conselho de Administração. Há outro integrante, que foi o principal mentor do plano de governo, mas que não veio para o Governo, e que também integra o Conselho do Banco, foi o Secretário de Planejamento anterior também do Estado.

Opinião do Ricardo, CPF etc., é que o Conselho do banco está muito bem qualificado para nos auxiliar na questão da gestão do Banco e na tomada de decisões. Eu, como integrante da administração do Banco, como diretor do banco, me sinto confortável com a qualificação atual do Conselho do Banco.

Marcelo Cintra:

Perfeito. Ficou claro. Muito obrigado.

Lucas Lopes, Credit Suisse:

Bom dia a todos. Obrigado pela pergunta. Vou me atentar a uma só. Temos observado que a deterioração do cenário macroeconômico tem impactado não somente o aumento dos indicadores de inadimplência, mas também o aumento da carteira renegociada para alguns dos bancos que acompanhamos aqui. Para nós, isso é um foco de preocupação importante.

No caso do Banrisul, se não estou enganando, não temos informação para monitorar isso tão de perto. Na verdade, seria se vocês poderiam me passar algumas informações, como está indo a evolução. Qualquer cor nesse sentido nos ajudaria a analisar. Obrigado.

Alexandre Pedro Ponzi:

Lucas, na medida do possível, começaremos a abrir esses detalhes para que vocês tenham um melhor entendimento de como está o comportamento da carteira do Banco.

O que posso colocar de antemão é que o volume de renegociação que temos observado historicamente está sempre inferior ao volume de provisão do Banco. Hoje, ele está próximo a 3,5%, com bases em junho, e os dados de julho também estão muito similares. Então, não vem ocorrendo em grande proporção.

Sim, reforçando aquela linha quando dissemos que estamos confortáveis com o *guidance*, nós não estamos confortáveis com o *guidance*, mas estamos trabalhando para o que *guidance* seja cumprido. É diferente.

Entendemos que 3,5% não é uma zona de conforto, porque sai dos patamares históricos do Banco em termos de provisão, mas estamos trabalhando para que ele não seja superado. E essa superação implica em fazer toda uma meta agora, não somente de originação de créditos, mas de cobrança de créditos que estão com algum problema.

É essa a situação, mas o que estamos buscando anteceder são os eventos que trarão problemas. É buscar entender, na medida em que o cliente está com alguma situação que ele precisa resolver, em que medida o Banco pode vir a atender, ou em que medida o Banco não irá atender.

É isso que estamos fazendo. É monitoramento de base de clientes para tentar hoje, sim, dentro da realidade econômica, do Estado, do Brasil ou mundial, que consigamos reproduzir uma carteira que tenha níveis de qualidade alinhados com o mercado e que não fuja.

Mas vamos abrir. Não há elementos de recomposição, como já ouvi questões de que estaríamos recompondo carteira hoje para adiar o problema futuro. Não há. Há um entendimento de em que medida o Banco pode aderir mais qualidade no crédito, seja via garantias adicionais outras, e que tenhamos uma carteira que possa ser ter um desempenho adequado às condições de mercado, mas com a qualidade e conservadorismo que o Banco entende justo e correto para ele.

Vou pedir desculpas para os senhores e para as senhoras, mas infelizmente passaremos para o fechamento, porque já estamos dez minutos atrasados para o *call* em inglês. Ficaremos à disposição de todos os senhores e senhoras para qualquer elemento adicional ou outra dúvida que tenham.

Passarei para o Diretor Ricardo apenas para fazer o fechamento. Obrigado.

Ricardo Hingel:

Vou agradecer a todos, mas só nessa última questão, não há como qualquer banco simplesmente exigir o encerramento das operações de crédito, porque elas fazem parte da vida das empresas. Da mesma forma que os próprios bancos, se todo mundo vier aqui pedir liquidez, não temos liquidez para entregar. Nós, o Bradesco, o Itaú, qualquer banco do mundo, porque esse o modelo.

As próprias empresas também. Nós simplesmente não podemos chegar e dizer “o cenário azedou, não quero mais brincar; não vou mais emprestar dinheiro para você”. Isso não é possível, essa não é a vida real. A vida real é que as empresas se acostumam, ficam girando seu estoque de dívidas, e isso é natural. E exatamente como o Alexandre colocou, estamos monitorando, estamos operando isso. Acho que essa é parte ativa dessa gestão.

Para encerrar, ficamos à disposição para *calls* complementares. É só entrar em contato com o RI do Banco, através do Alexandre. E se tiverem pautas específicas, estamos à disposição e temos o maior interesse em esclarecer.

E com relação ao *guidance*, uma coisa muito importante, para nós o *guidance* é uma questão sagrada. Desde que fizemos o IPO, umas das primeiras coisas que os bancos estruturadores nos disseram foi o seguinte: existe uma coisa que se chama *guidance*. E o que é *guidance*? *Guidance* é uma coisa que você tem que entregar.

E o banco sempre trabalha com o maior respeito a questão do *guidance*. Fazemos muita discussão antes de liberar o *guidance*, manter, elevar ou baixar o *guidance*. Fazemos sempre questão de entregar, e entendemos que, dentro dos intervalos que anunciamos, temos certeza que entregaremos, e estamos trabalhando para isso.

Muito obrigado a todos, e ficamos à disposição.

Operadora:

O *conference call* do Banrisul está encerrado. Agradecemos a participação de todos. Tenham um bom dia.

“Este documento é uma transcrição produzida pela MZ. A MZ faz o possível para garantir a qualidade (atual, precisa e completa) da transcrição. Entretanto, a MZ não se responsabiliza por eventuais falhas, já que o texto depende da qualidade do áudio e da clareza discursiva dos palestrantes. Portanto, a MZ não se responsabiliza por eventuais danos ou prejuízos que possam surgir com o uso, acesso, segurança, manutenção, distribuição e/ou transmissão desta transcrição. Este documento é uma transcrição simples e não reflete nenhuma opinião de investimento da MZ. Todo o conteúdo deste documento é de responsabilidade total e exclusiva da empresa que realizou o evento transcrito pela MZ. Por favor, consulte o *website* de Relações com Investidor (e/ou institucional) da respectiva companhia para mais condições e termos importantes e específicos relacionados ao uso desta transcrição.”